



Anais da Assembléia

Nº 116

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 18 DE OUTUBRO DE 1983

ANO IX

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.ª LEGISLATURA

ATA DA 109.ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 18 DE OUTUBRO DE 1983

TERÇA-FEIRA

Presidência do senhor deputado Trajano Bastos, secretariado pelos Senhores Deputados Anibal Khury e José Antônio Fonseca.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores Deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Werner Wanderer, Gernote Kirinus, Fransisco Escorsin, Dirceu Manfrinato, Fuad Nacli, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airtton Cordeiro, Amélia Hruschka, Anibal Khury, Antônio Anibelli, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caio Quintana, Djalma de Almeida Cesar, Donato Gulin, Edgar Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondí Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Buffara, Nelson Vasconcellos, Nilso Sguarezi, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Pércles Pacheco, Quielse Crisóstomo, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Tuguio Setogutte e Wilson Fortes. (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — Procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — Procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE

Requerimentos.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Requeiro, na forma regimental, preferência na discussão e votação para as proposições n.ºs 94, 62 e 69/83 e do Projeto de Lei n.º 159/83, constantes da Ordem do Dia de hoje.

Sala das Sessões, em 18 de outubro de 1983.

(a) ANIBAL KHURY.

REQUERIMENTO

SÚMULA:

Requer encaminhamento ao presidente desta Casa, excelentíssimo senhor deputado estadual Trajano Bastos de Oliveira, solicitando a urgência na tramitação do anteprojeto de lei que objetiva alterar dispositivos da Lei n.º 7051/78, oriundo da Mensagem 120/83.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, a urgência na tramitação do projeto de lei oriundo do Executivo, que diz respeito à alteração da Lei n.º 7051/78.

Tal solicitação visa atender a Associação dos Funcionários Fiscais do Estado do Paraná, através do seu presidente, Excelentíssimo Senhor Pedro Carlos Antun, onde afirma a necessidade de apoio do referido projeto, conforme a proposta de alte-

ração, tendo em vista que se trata fundamentalmente de corrigir as injustiças decorrentes de omissões desta mesma lei, que atualmente traz vários prejuízos aos servidores daquela classe.

Sala das Sessões, em 18 de outubro de 1983.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento da eminente líder espiritual e Pastora Teruyo Tamura, da Igreja Evangélica Holines do Brasil, ocorrido no último dia 14, nesta Capital.

Originária do Japão, a dedicada missionária durante mais de trinta anos desenvolveu excelente trabalho em Curitiba, juntamente com seu marido, também de saudosa memória, tendo sido os iniciadores do evangelismo entre os membros da colônia nipônica paranaense. Notabilizou-se por atividades artesanais e artísticas junto a senhoras e jovens, aprimorando, assim, a sociabilidade e fraternidade enquanto se buscava o belo e o útil.

Os setenta e quatro anos bem vividos pela Senhora Teruyo Tamura, tornaram-na uma grande expressão dos meios evangélico e social, sendo muito lamentada a sua ausência entre nós.

Outrossim, aprovado este requerimento dê-se ciência da decisão da Casa à família enlutada e à Igreja Evangélica Holines do Brasil.

Sala das Sessões, em 18 de outubro de 1983.

(a) EZEQUIAS LOSSO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, que se insira na ata dos trabalhos legislativos um voto de congratulação, à UPES, pela realização do XXXIV Congresso no dia 14 de outubro, na cidade de Paranaguá.

Outrossim, requer, que a decisão desta Casa, se dê conhecimento da UPES e UBES aos estudantes VALMOR STÉDILE e APOLNÁRIO RABELO, respectivos presidentes.

Sala das Sessões, em 18 de outubro de 1983.

(a) TADEU FRANÇA.

JUSTIFICATIVA:

A presente solicitação prende-se ao fato de que mais uma vez a UPES e a UBES se fizeram presentes, através da realização de seu XXXIV Congresso, no último dia 14 de outubro do corrente ano, na Cidade de Paranaguá, quando na oportunidade, mais uma vez a UPES, reafirmou o seu compromisso democrático com o ensino público e gratuito em todos os níveis e voltado aos interesses da maioria da população, aprovando também, na oportunidade, outros teses, tais como: pelo rompimento com os acordos com o FMI, e por uma Assembléia Nacional Constituinte.

Portanto, a UPES é mais uma entidade a serviço da causa democrática, e contra o regime militar que se instaurou neste País, desde 1964, contra os interesses da ampla maioria da população brasileira.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário,

que se insira na ata dos trabalhos legislativos um voto de congratulação, pelo 28º Aniversário da Emancipação Política do município de São Pedro do Ivaí.

Outrossim, REQUER que da decisão desta Casa, se dê conhecimento ao excelentíssimo senhor prefeito municipal, ao Excelentíssimo senhor Presidente da Câmara Municipal, como também aos excelentíssimos senhores vereadores e aos presidentes das agremiações partidárias existentes no município de São Pedro do Ivaí.

Sala das Sessões, em 18 de outubro de 1983.

(a) TADEU FRANÇA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER um voto de louvor pela passagem do Dia dos Médicos, hoje 18 de outubro, no momento em que os segmentos de toda a sociedade brasileira passam por grandes dificuldades. A classe médica, através da Associação Médica do Paraná, Sindicatos dos Médicos de nosso Estado, e a luta dos Anestesiologistas, como todas as demais especialidades médicas, clamam por melhores condições de trabalho, melhores salários e complementada por um tratamento mais humano aos pacientes, que tem na figura de São Lucas, seu Santo protetor, que também nesta data é comemorado o seu dia.

Uma medicina mais ligada ao homem e menos às máquinas e armas, menos estatização nos negócios da medicina e aproximação maior com mais compreensão e amor entre médicos e paciente.

REQUER, outrossim, após aprovação do presente, dê-se ciência à Associação Médica, do Sindicato dos Médicos e à Associação dos Anestesiologistas.

Sala das Sessões, em 18 de outubro de 1983.

(a) TUGUIO SETOGUTTE.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER seja aprovado um voto de apoio ao Memorial Justificativo do Pleito da Associação dos Procuradores do Estado do Paraná (APEP) endereçado ao excelentíssimo senhor governador do Estado, tendo em vista a justiça e procedência das reivindicações ali contidas, bem como seja transcrito na ata dos trabalhos o referido Memorial, dando-se ciência ao excelentíssimo senhor governador do Estado e Associação dos Procuradores do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 18 de outubro de 1983.

(a) NILSO SQUAREZI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a inserção, na ata dos trabalhos desta sessão, de voto de regozijo ao Colégio Santa Maria, de Curitiba, pela conquista do bicampeonato das Olimpíadas Maristas do Brasil. Mais de mil atletas estiveram participando da competição, em Brasília, todos com idade inferior a 17 anos. O Colégio Marista Santa Maria, foi o grande vitorioso na contagem geral, superando outros oito congêneres dos Estados do Paraná, São Paulo, Minas Gerais e Brasília. Com 150 atletas e sob a liderança firme e solidária do Irmão Celedônio Cruz, o Colégio Santa Maria, de Curitiba, novamente mostrou o valor da juventude do Paraná.

Requeiro que do presente se dê ciência ao Irmão Celedônio Cruz, diretor do Colégio Santa Maria, de Curitiba.

Sala das Sessões, em 18 de outubro de 1983.

(a) AIRTON CORDEIRO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a inserção na ata dos trabalhos desta sessão, de voto de regozijo ao senhor Wilfrid W. Schiller, eleito Operário-padrão do Paraná em 1983, depois de ser considerado vencedor ao concorrer com outros 23 trabalhadores de Curitiba, na primeira etapa: ganhar o justo título no concurso de nível estadual, representados 21 municípios paranaenses. Wilfrid W. Schiller trabalha há 30 anos na Imprensa Paranaense, onde se iniciou com aprendiz e atualmente é o supervisor-geral de fotomecânica. Possui cursos de especialização na Alemanha, é casado, pai de 3 filhos, fala e domina três idiomas, português, alemão e espanhol. Atua ativamente nas atividades comunitárias da Imprensa Paranaense, da Associação de Funcionários, da Sociedade Rio Branco, sendo destacado membro da Igreja Luterana. Com a sua escolha, pela promoção do SESI, com apoio da Rede Globo, está de parabéns a importante classe dos trabalhadores do Estado do Paraná.

Requeiro que do presente se dê ciência ao homenageado, à Imprensa Paranaense, ao Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Gráficas de Curitiba, ao SESI e à Rede Globo.

Sala das Sessões, em 18 de outubro de 1983.

(a) AIRTON CORDEIRO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial à excelentíssima diretora Superintendente da FUNDEPAR - Fundação Educacional do Paraná, através da excelentíssima senhora secretária de Estado da Educação, no sentido de que seja realizado estudos objetivando proceder urgentemente reparos na Escola Estadual Monteiro Lobato - ensino regular e supletivo localizado no município de Terra Boa.

Encontra-se atualmente aquele estabelecimento Educacional, desprovido de uma estrutura condizente com os propósitos de ensino em termos de instalações em geral, colocando por muitas vezes, em risco a segurança dos professores, educandos e funcionários, em especial.

Pelas razões expostas, torna-se necessário efetivar reformas naquele Educandário, atendendo a solicitação feita pelo Prefeito de Terra Boa, excelentíssimo senhor Elso Garcia Segura que corresponde perfeitamente aos anseios daquela coletividade.

Sala das Sessões, em 18 de outubro de 1983.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial ao Departamento de Ensino de Segundo Grau - Deseg - através da excelentíssima senhora secretária de Estado da Educação, no sentido de que seja estudada a viabilidade de se autorizar a montagem do processo visando a implantação do Curso de Magistério, no Município de Nova Cantu.

Existe atualmente o Básico de Administração, sendo a única opção, havendo fundamentalmente a importância de dotar aquele município de um outro Curso, o do Magistério.

Tal reivindicação visa atender a iniciativa do excelentíssimo senhor Walmick Pereira, Chefe do Executivo Municipal de Nova Cantu, do Diretrio Municipal do P.M.D.B., através do excelentíssimo senhor presidente Rosendo Lopes Pena, do excelentíssimo senhor presidente da Câmara Municipal de vereadores, Ruy Pereira e do Inspetor de Ensino, o senhor professor Mauri Schuh, onde também afirmam a disponibilidade de espaço

físico e material nas escolas da cidade.

Torna-se imprescindível o atendimento do que ora é reivindicado, a fim de proporcionar maiores e melhores condições de formação profissional.

Sala das Sessões, em 18 de outubro de 1983.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial ao excelentíssimo senhor secretário de Estado da Saúde e Bem-Estar Social, no sentido de que seja estudada a viabilidade de se implantar uma agência do Instituto de Previdência do Estado IPE, no município de Campina da Lagoa.

Em observação profunda ao plano de Ação 1983/86, do governo estadual, em sua versão preliminar, nota-se no que diz respeito às Metas no Setor da Saúde e Saneamento, os objetivos claros de adotar-se uma política de descentralização administrativa e financeira dos Organismos de atendimento neste setor, bem como a municipalização progressiva dos serviços de atenção primária à saúde, com o devido apoio tecnológico. Esta regionalização ampla e efetiva, se faz necessária, sendo a de acompanhar este processo, como encaminhamento democrático democrático, a participação da população na condução da política de Saúde.

A criação, portanto, da Agência do IPE, no município de Campina da Lagoa, está, sem dúvida alguma, incluída nos propósitos de ampliação condizente de serviços de saúde e assistência social do funcionalismo público, naquela comunidade.

Sala das Sessões, em 18 de outubro de 1983.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, à Mesa após ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial ao excelentíssimo senhor secretário de Estado dos Transportes, no sentido de que seja providenciado através de recursos, ajuda visando possibilitar a recuperação de estradas, localizadas no município de Terra Boa.

De iniciativa do excelentíssimo senhor prefeito municipal, Elso Garcia Segura, onde ressalta a inexistência de uma estrutura financeira bem capaz de permitir o abastecimento dos equipamentos rodoviários. E esta condição, dada a importância das máquinas, se ficarem as mesmas paradas, resultará numa inviabilidade ainda maior de tráfego em várias estradas.

Neste sentido, conforme correspondência enviada por aquela administração, onde é relatada a necessidade de se liberar uma verba no valor de Cr\$ 10.000.000,00 que por certo permitirá a normalização da malha rodoviária.

Pelas razões expostas, é imprescindível o atendimento urgentemente do que ora é proposto.

Sala das Sessões, em 18 de outubro de 1983.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa após ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial a excelentíssima senhora secretária de Estado da Educação, no sentido de que seja autorizada uma ajuda financeira destinada ao pagamento do Professorado da Rede Municipal de Ensino de 1.º grau, pertencente ao município de Terra Boa.

É sabido que o governador do Estado tem como metas

prioritárias, ações que voltem-se para o melhoramento do setor educacional.

Neste sentido, torna-se necessário que se efetue o pagamento dos professores municipais, tendo em vista a situação de insolvência por que passa a administração daquele município, onde o prefeito municipal, excelentíssimo senhor Elso Garcia Segura, afirma através de correspondência enviada a situação alarmante dos educandos, bem como da estrutura educacional do município de Terra Boa.

Sala das Sessões, em 18 de outubro de 1983.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, que após ouvido o Plenário seja oficiado ao excelentíssimo senhor governador do Estado, e ao excelentíssimo senhor secretário de Estado dos Transportes, solicitando-lhes, urgência e prioridade na execução da Obra de Pavimentação da PR-555, que liga os municípios de Nova Esperança ao Distrito de Nova Bilac, no município de Florai.

Outrossim, REQUER que da descisão desta Casa se dê conhecimento aos excelentíssimos prefeitos municipais e aos respectivos presidentes das Câmaras Municipais.

Sala das Sessões, em 18 de outubro de 1983.

(a) TADEU FRANÇA.

JUSTIFICATIVA:

A presente solicitação prende-se ao fato da necessidade óbvia de melhorar as condições de escoamento de produtos agrícolas, nos respectivos municípios e no municípios circunvizinhos; os serviços de pavimentação asfáltica no trecho mencionado no presente requerimento, viriam estancar os prejuízos, que em muitos casos tem ocorrido mais notadamente no período das chuvas, tornando alguns trechos intransitáveis.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado ofício ao excelentíssimo senhor governador do Estado do Paraná, doutor José Richa, e ao excelentíssimo senhor secretário de Estado da Administração, doutor José Olímpio Xavier, solicitando que se processe imediatamente a reforma da sede histórica da União Paranaense dos Estudantes (UPE).

Sala das Sessões, em 18 de outubro de 1983.

(a) SÉRGIO SPADA.

JUSTIFICATIVA:

Entendemos que o envio de mensagem do excelentíssimo senhor governador a esta Casa, revertendo ao Patrimônio do Estado, o antigo prédio da PARANATUR, a posterior emenda do ilustre deputado Caíto Quintana e a aprovação por unanimidade do referido projeto de lei constituíram passos importantes na direção da devolução à juventude universitária paranaense do que lhe pertence de direito, por legado da abnegação do trabalho que a história recente muito bem soube apreciar.

Constituem, contudo, passos que devem ser implementados com a reintegração das condições materiais em que o Estado assumiu o imóvel. Nada mais justo que se processe o mais rapidamente possível a obra de recuperação do referido prédio, já orçada pela Empresa de Obras Públicas do Paraná (EMOPAR) na ordem de 11 milhões de cruzeiros.

Temos plena convicção, outrossim, de que este é o espírito da Secretaria de Estado da Administração e, em particular do governador do Estado do Paraná José Richa, ex-presidente da gloriosa e sempre viva nos corações da juventude progressista União Paranaense dos Estudantes (U.P.E.).

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que a este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ofício ao excelentíssimo senhor doutor CLAUD MAGNO GERMER, DD. secretário de Estado da Agricultura, solicitando o urgente reestabelecimento da Unidade Veterinária de Planalto, a qual assiste também Capanema e Pérola d'Oeste, cientificando-se deste requerimento as respectivas Câmaras Municipais de Planalto, Capanema e Pérola d'Oeste.

Sala das Sessões, em 18 de outubro de 1983.

(a) CAÍTO QUINTANA.

JUSTIFICATIVA:

Os municípios acima citados são grandes produtores de suínos e bovinos e encontram-se atualmente com sérios problemas, face à falta de assistência, tanto particular quanto oficial, eis que o veterinário da Acarpa de Capanema foi transferido para Enéas Marques e o funcionamento da Unidade Veterinária de Planalto foi suspenso.

Assim, atendendo a inúmeras reivindicações dos criadores, que estão sem condições até mesmo para vacinar o gado, é que encarecemos sejam tomadas as medidas urgentes no sentido de restabelecer o funcionamento daquela unidade veterinária, inclusive com a contratação de um médico veterinário para o atendimento.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que a este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ofício ao excelentíssimo senhor doutor JOSÉ OLÍMPIO DE PAULA XAVIER, DD. secretário de Estado da Administração, solicitando, com a máxima brevidade possível, a instalação de uma agência do IPE — Instituto de Previdência do Estado, no município de Planalto, enviando-se cópia do presente requerimento ao excelentíssimo senhor vereador IRINEU IVO TRAPP, da Câmara Municipal de Planalto.

Sala das Sessões, em 18 de outubro de 1983.

(a) CAÍTO QUINTANA.

JUSTIFICATIVA:

O município de Planalto conta com um número razoável de funcionários públicos dependentes, com seus familiares, dos serviços do IPE, que na região estão polarizados em Francisco Beltrão, a uma distância considerável, acarretando grandes despesas de locomoção.

Tratando-se de um instituto previdenciário e assistencial, é de inteira justiça a instalação de uma agência mais próxima aos que dele necessitam, mesmo porque, o município de Planalto centraliza a fronteira sudoeste.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, o envio de expediente ao excelentíssimo senhor secretário de Estado do Interior, deputado Nelson Miguel Friedrich, solicitando a implantação de serviço de abastecimento de água tratada pela Sanepar, no distrito de Alto Porã, município de Ivaiporã.

Sala das Sessões, em 18 de outubro de 1983.

(a) ORLANDO PESSUTI.

JUSTIFICATIVA:

A citada localidade tem sua economia e comunidade bastante ativas, tendo muito contribuído para o crescimento do Estado e da região do Vale do Ivaí, em função de sua rica

produção agropecuária. No entanto, apesar disso não se acha servida por quaisquer espécies de serviço de abastecimento de água.

O atendimento a esta reivindicação além de facilitar o uso de água saudável, contribuirá para o tratamento preventivo da saúde da população atendida. Fato esse que vem de encontro a um postulado básico do Programa de Governo do PMDB: a melhoria da qualidade de vida da população.

Tais motivos, acreditamos, justificam a solicitação que ora submetemos à apreciação dos senhores deputados.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, o envio de expediente ao excelentíssimo senhor secretário de Estado do Interior, deputado Nelson Miguel Friedrich, solicitando a implantação de serviço de abastecimento de água tratada pela Sanepar, no distrito de Jucutinga, município de Ivaiporã.

Sala das Sessões, em 18 de outubro de 1983.

(a) ORLANDO PESSUTI.

JUSTIFICATIVA:

A citada localidade tem sua economia e comunidade bastante ativas, tendo muito contribuído para o crescimento do Estado e da região do Vale do Ivaí, em função de sua rica produção agropecuária. No entanto, apesar disso, não se acha servida por quaisquer espécies de serviço de abastecimento de água.

O atendimento a esta reivindicação, além de facilitar o uso de água saudável, contribuirá para o tratamento preventivo da saúde da população atendida. Fato esse que vem de encontro a um postulado básico do Programa de Governo do PMDB: a melhoria da qualidade de vida.

Tais motivos, acreditamos, justificam a solicitação que ora submetemos à apreciação dos senhores deputados.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, o envio de expediente ao excelentíssimo doutor CLAUSS GERMER, digníssimo secretário de Estado da Agricultura, solicitando a instalação de uma unidade veterinária, em Borrazópolis.

Sala das Sessões, em 18 de outubro de 1983.

(a) ORLANDO PESSUTI.

JUSTIFICATIVA:

A instalação da referida unidade veterinária virá aumentar e melhorar a qualidade da produção do gado leiteiro e de corte dessa região.

A existência de um médico veterinário com exclusividade para a região aumentará o número de rebanhos atendidos e de criadores assistidos.

Por outro lado, tal medida virá beneficiar outros municípios, já que não haverá acúmulo de serviços.

Com esses motivos, senhores deputados, submetemos o nosso pedido à apreciação.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que a este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado ofício ao excelentíssimo senhor DENI LINNEU SHCARTZ, secretário de Estado dos Transportes, solicitando a colocação de placas de sinalização na rodovia que liga os municípios de CÂNDIDO DE ABREU a RESERVA.

Sala das Sessões, em 18 de outubro de 1983

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR.

JUSTIFICATIVA:

O trecho da rodovia que liga o município de Cândido de Abreu a Reserva é bastante acidentado e carece de adequada sinalização para orientar o tráfego dos veículos que por ali transitam.

A descida da Serra da Mesa torna-se perigosa, pois, tanto nos períodos de chuva ou mesmo com tempo seco, os pedregulhos existentes sobre o leito da estrada causam o deslizamento dos veículos, cujos motoristas não são alertados sobre a necessidade do uso do freio a motor, sendo que várias curvas e bifurcações não apresentam a devida sinalização.

A colocação de placas, até que se inicie o asfaltamento dessa rodovia, como é pretendido pela população local, torna-se uma necessidade a ser atendida com urgência, razão pela qual temos a certeza de que esta justa aspiração será atendida com presteza.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a remessa de ofício ao secretário das Finanças, senhor Erasmo Garanhão, pedindo providências no sentido de ser construído um novo prédio para a Agência de Rendas em São Mateus do Sul, haja vista que as atuais instalações daquele prédio público não mais atendem às reais necessidades do município.

Sala das Sessões, em 18 de outubro de 1983.

(a) ACIR MEZZADRI.

JUSTIFICATIVA:

O prédio atual onde funciona a Agência de Rendas em São Mateus do Sul, está em péssimo estado.

A agência se tornou pequena e as instalações inadequadas.

Além do mais, quando por ocasião de qualquer chuva, fica toda inundada, porque a cobertura não oferece a mínima segurança.

Portanto, não podem mais ser proteladas as providências concretas visando a construção de um novo edifício, sob pena de os trabalhos administrativos não corresponderem às expectativas que se almejam.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER, o envio de pedido de informações ao excelentíssimo senhor secretário de Estado dos Transportes, consubstanciado nos seguintes termos: levando em consideração o trabalho desenvolvido pelo secretário dos Transportes, senhor Deni Schwartz, sua preocupação em zelar pela Administração Pública e mais sua vocação para preservar o bom nome do partido que representa, o que foi comprovado desde sua época de companheiro de plenário, solicitamos informações a respeito do Departamento Estadual de Estradas de Rodagem.

Para o devido esclarecimento da população paranaense que sabe da constante permanência do senhor secretário dos Transportes em seu gabinete, só se deslocando para acompanhar assuntos administrativos e técnicos, solicitamos informações sobre o número de pessoas que se deslocou para a cidade de Maceió, Capital de Sergipe, a fim de participar do Redore — Reunião dos Diretores do DER.

Como se sabem, o encontro é anual para avaliar a política de Transportes e caberia ao Paraná apenas um diretor do DER.

Segundo as informações, foram cinco os representantes do Paraná no encontro que se realizou entre 3 e 6 de outubro deste ano.

Para salvaguardar a boa imagem do eficiente secretário e

esclarecimento da opinião pública pedimos o nome das pessoas que viajaram, número de diárias pagas e meio de transportes usados no deslocamento.

Sala das Sessões, em 18 de outubro de 1983.

(a) TUGUIO SETOGUTTE.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado pedido de informações a senhora secretária de Estado da Educação, professora Gilda Poli Rocha Loures, e ao excelentíssimo senhor secretário de Estado da Cultura, Fernando Eugênio Ghignone, sobre a atual situação do Grupo Permanente de Teatro da Fundação Teatro Guaíra.

Sala das Sessões, em 18 de outubro de 1983.

(a) SÉRGIO SPADA.

JUSTIFICATIVA:

As constantes manifestações dos estudantes do Grupo Permanente de Teatro e de entidades ligadas à arte e à cultura em nosso Estado, sobre os encaminhamentos políticos das Secretarias da Educação e da Cultura, e dos órgãos vinculados, respectivamente, o Departamento de Assuntos Universitários e a Fundação Teatro Guaíra, dão conta de que não se tem um consenso pela base na tomada de medidas governamentais julgadas necessárias pelas autoridades educacionais e culturais.

Tem havido mesmo depoimentos e contra-depoimentos na imprensa do Estado, levando a uma situação de difícil compreensão para a comunidade paranaense.

Todos temos uma posição unitária em favor de uma política cultural e educacional democrática, mas para a sua implementação, também o sabemos, há que se desenvolver um amplo trabalho de esclarecimento de todos os sujeitos envolvidos neste processo.

Com este espírito e no intento de posicionar esta Casa de Leis sobre os problemas, entendemos por bem solicitar aos titulares das referidas Pastas, as seguintes informações:

- 1ª) - qual a razão da sustação do convênio entre a SEED e a SECE que permite a utilização e orientação conjunta das atividades políticas do Grupo Permanente de Teatro da Fundação Teatro Guaíra?
- 2ª) - qual a razão do pedido de sustação do Parecer emitido pelo Conselho Estadual de Educação, que autoriza a implantação do Curso de Bacharelado em Artes Cênicas, vinculado à Escola de Música e Belas Artes do PR?
- 3ª) - qual o fundamento de que a Secretaria de Estado da Educação pretenda fundir a Faculdade de Educação Musical com a Escola de Música e Belas Artes, transformando-as em Fundação Estadual?
- 4ª) - quais as medidas governamentais que estão sendo tomadas para a profissionalização dos estudantes do GPT?
- 5ª) - qual a razão pela qual não se implementa no Estado um Curso de Bacharelado em Artes Cênicas, propiciando, deste modo, condições de acesso da juventude a uma formação artística profissional superior?

Estas informações não devem excluir, naturalmente, todas as demais informações de que disponham as assessorias educacionais e possam ser transferidas a esta Casa, visando a tomada de posição e ao avanço no sentido da resolução definitiva da questão em tela, que já se arrasta há vários anos, dada a falta de sensibilidade e responsabilidade com os destinos do saber e da ciência em nosso Estado.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja enviado ofício ao excelentíssimo sr. secretário de Estado da Indústria e Comércio, sr. Francisco Simeão, solicitando a instalação de uma Unidade do Departamento de Trabalho do Paraná - Detepar, no Município de Foz do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 18 de outubro de 1.983.

(a) SÉRGIO SPADA

JUSTIFICATIVA:

Considerando os gravíssimos problemas de natureza social e econômica por que passa o Município de Foz do Iguaçu, aprofundados com a conclusão das obras da usina hidrelétrica de Itaipu, que liberou amplos contingentes de mão-de-obra desqualificada e a necessidade de os órgãos públicos do Estado darem pronta resolução a estes problemas.

Considerando a imprevidência da União no tocante à realocação de pessoal empregado em suas obras.

Considerando o agravamento das tensões sociais no município e o altíssimo índice de desemprego na região.

Considerando que o Detepar constitui organizacionalmente uma das estruturas básicas da secretaria da Indústria e Comércio do Governo do Estado do Paraná e desenvolve, com base no Decreto número 35, de 16/03/79, as tarefas de cooperação no estudo, no planejamento e na formação de mão-de-obra; contribuição técnica para geração de emprego e aproveitamento de mão-de-obra; desenvolvimento de estudos necessários para maior aproveitamento dos recursos humanos das comunidades paranaenses; promoção de medidas de apoio, orientação e assistência ao trabalhador e fomentação do cooperativismo sindical.

Entendemos, nesta linha de raciocínio, que além da Agência de Intermediação de Emprego - Sine, no Município de Foz do Iguaçu, há que se ter também, face à demanda desse tipo de serviço público no referido local, uma Unidade de Preparação de Mão-de-Obra (UPMOS).

Por isso, encaminhamos esta solicitação ao sr. secretário da Indústria e Comércio, para que se processe um estudo criterioso de medidas que possam ser adotadas para minorar o problema de nossa gente, dentro da filosofia secretarial de ênfase ao atendimento à população de baixa renda, do apoio aos desempregados, da interiorização do desenvolvimento e da prioridade à pequena, média e micro-empresas, à indústria caseira e ao artesanato.

Projeto de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 97/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1.º — O art. 39 do Regimento Interno deste Poder Legislativo, fica acrescido do seguinte inciso:

— Comissão de Fiscalização das Estatais.

Art. 2.º — Acrescente-se, onde couber, no Regimento Interno do Poder Legislativo:

Art. — À Comissão de Fiscalização das Estatais compete a aprovação do orçamento das empresas estatais e o controle de suas atividades.

Art. 3.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17 de outubro de 1983.

(a) ROBERTO REQUIÃO

APOIAMENTO: Edmar Luiz Costa, Nelson Vasconcellos, Sabino Campos, Tadeu França, Ironi Pugliesi e Caíto Quintana.

JUSTIFICATIVA:

Este projeto de resolução se justifica por si só, dada a inegável oportunidade do controle das estatais por parte do Poder Legislativo, haja vista que, no âmbito nacional, é por

demais sabido que os gastos desvairados das empresas governamentais, que se tornaram verdadeiros monstros, incontrolláveis realimentam a espiral inflacionária, sem que haja um mecanismo eficaz para controlá-las.

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI N.º 186/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica concedido o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao sr. TORAO TOMITA.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17 de outubro de 1983.

(a) ODENI MONGRUEL

JUSTIFICATIVA:

Ao estudar as relações interpessoais e coletivas, o Tavistock Institute of Human Relations, da Universidade de Leicester, na Grã-Bretanha, conclui um relatório sobre Conferência de Estudos, que “nos assuntos práticos modernos, o indivíduo, mais do que antes, precisa realizar suas aspirações com e através de outros indivíduos nos complexos meios organizacional e profissional. Ele, porta em relação aos demais e sobre os processos sociais e psicológicos atuantes dentro e entre os grupos constituintes das organizações”.

A propósito, a homenagem a que nos propomos prestar, outorgando o título de Cidadão Honorário do Paraná ao sr. Torao Tomita, Presidente do Cotonifício Kurashiki do Brasil Ltda., com sede na cidade de Ponta Grossa, objetiva expressar o nosso reconhecimento pela expressiva contribuição que tem dado este cidadão ao desenvolvimento do País, através de atividades empresariais no setor industrial, com marcantes reflexos nos campos econômico e social paranaense.

A moderna administração está voltada para as práticas inspiradas nas linhas de pensamento surgidas em torno das noções do sistema de análises, onde ressaltam alguns dos desenvolvimentos mais específicos da tecnologia administrativa, na qual uma nova maneira de pensar está sendo aplicada, mediante a discussão inteligente de idéias novas e complexas, e que estão em constante desenvolvimento.

Homens que assim pensam e atuam, estão trazendo uma valiosa contribuição ao desenvolvimento da tecnologia administrativa.

É assim que vemos o empresário Torao Tomita, natural do Japão, onde nasceu a 26 de março de 1926, graduando-se bacharel em Economia pela Universidade Nacional de Osaka, um incansável batalhador para que germinem as idéias de fazer com que os operários recolham, desde logo, os reflexos sociais resultantes da produção e da riqueza que ajudam a construir, daí surgindo um salutar acordo entre o capital e o trabalho.

O ilustre homenageado chegou ao Brasil em 1972, com o objetivo de pesquisar a viabilidade econômica de instalar uma fábrica de algodão e, dadas as condições favoráveis, retornou, na mesma data, para legalizar na Junta Comercial do Paraná a constituição da Empresa Cotonifício Kurashiki do Brasil Ltda.

O sr. Torao Tomita se inclui entre os agentes empenhados em ampliar os benefícios adicionais aos trabalhadores orientando, aplicando seus conhecimentos, suas idéias e sua ação nesse sentido. Não restam dúvidas de que as empresas serão melhor servidas, quanto mais robustos, instruídos, conscienciosos e estáveis forem seus trabalhadores. Na verdade, o empresário no próprio interesse do seu negócio, deve cuidar da saúde, do vigor físico, da instrução, da moradia e da estabilidade de seus empregados.

Esses elementos que contribuem para a boa marcha de um negócio, não são adquiridos unicamente nas oficinas, nas fábricas ou nas indústrias: eles se formam e se aperfeiçoam

também, e principalmente, fora delas: na família, na escola, na vida civil e religiosa.

A presente homenagem consagra o exemplo que deve ser seguido pelos empregadores, no sentido da melhor utilização possível das faculdades de seus operários e empregados, assim como a melhor forma de retribuição pelo seu trabalho — objetivos justos a atingir.

O progresso empresarial será difícil, senão impossível, de ser concretizado, se não forem determinadas as relações humanas dentro da empresa, possibilitando, assim, uma harmonia entre empregador e empregados. A estes é preciso fazê-los ver em que medida o seu trabalho é fundamental para os bons resultados da tarefa conjunta. É indispensável dar-lhes consciência da valia do seu esforço para o sucesso coletivo. Eles precisam de alguém que lhes demonstre que são importantes e indispensáveis.

Estes são, portanto, alguns aspectos que nos inspiram a propor esta homenagem do Estado do Paraná ao ilustre homem de empresa, sr. Torao Tomita.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao sr. deputado Tadeu França, inscrito.

O SR. TADEU FRANÇA — Sr. presidente, srs. deputados.

Não poderíamos ficar sem externar a nossa grande satisfação e os nossos regozijos, pelo dinamismo crescente que está sendo a orientação da União Paranaense dos Estudantes Secundários. Através de mais um congresso, nossa juventude estudantil revela e está respondendo positivamente, aos grandes desafios nacionais, em que pese sua pouca idade, revelando extraordinária maturidade em termos de participação, debate, busca de saídas e maturação, face aos desafios graves, que receberam como herança.

Da mesma forma, sr. presidente, srs. deputados, por ter sido impossível um pouco antes, aproveitamos a oportunidade para externar os nossos cumprimentos aos professores do Paraná, historicamente contemplados com um quinhão tão escasso, mas hoje, mais do que nunca, configurados como uma das grandes razões governamentais na atual conjuntura política do Paraná. O educador, que sempre teve a contemplá-lo, em seu dia, apenas um discurso estéril, um discurso voltado em termos de um “muito obrigado”, sem acompanhamento histórico no passado, de uma legislação que lhe desse amparo; professor que foi tantas vezes sinônimo de “bóia-fria” da Educação na condição de suplementarista; professor que sempre sonhou com o décimo-terceiro salário e com o reajuste semestral, hoje, se não tem o reconhecimento pleno, mas pelo menos resposta em termos de anseio, razão pela qual, nós cumprimentamos o Professor do Paraná, destacando a inquietação à diretriz básica que se está imprimindo através do próprio governo, em valorizar o agente da temática, ou da causa educacional em nosso Estado. Por outro lado, sr. presidente, srs. deputados, nós pretendemos, neste nosso breve espaço de tempo, conclamar a que, todos nós emprestemos nosso apoio crítico a uma situação antiga e que, neste exato momento está sendo revigorada.

Viajando por alguns municípios próximos à região de Maringá, deparamos com uma verdadeira revolta popular devido ao retorno da campanha há tantos anos implantada sem resultados concretos, campanha esta que é a erradicação dos laranjais, a erradicação dos pomares do Paraná.

Na verdade, é preciso que todos nós possamos e devamos rever a situação dos cítricos do Paraná. Durante mais de 20 anos os métodos comprovaram que não dão certo. É preciso que o Ministério da Agricultura receba, através da própria Secretaria da Agricultura do Paraná, a nossa resposta, que constitui uma

síntese daquilo que a gente não quer. Enquanto São Paulo, que detém hoje a maior produção de cítricos, conviveu e ainda convive com o tal do cancro e este jamais trouxe qualquer vítima fatal, cujos prejuízos representam mais produtos de retórica do que qualquer outra coisa; cancro que de forma alguma seria exterminado, pelos atuais métodos, antes do Ano 2.000. Na realidade, sr. presidente, srs. deputados, nos colocamos inteiramente contrários à erradicação pura e simples, e solicitamos ampla discussão através da própria Secretaria de Estado da Agricultura, da própria Comissão de Agricultura desta Casa, porque não é justo que a comunidade paranaense esteja errada, e que prossiga de uma forma brusca e implacável um processo que não deu certo, um processo que arranca da mesa de tanta gente que teria apenas acesso a esses poucos recursos da vitamina dos cítricos, até mesmo, condições de deles alcançarem recursos, alcançarem sobrevivência melhor.

Muito obrigado, sr. presidente, muito obrigado, srs. deputados. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao sr. deputado Sabino Campos, inscrito.

O SR. SABINO CAMPOS — Sr. presidente, srs. deputados. (Lê):

“Em recente pronunciamento nesta Casa denunciemos a orientação do Inamps que autoriza apenas o primeiro atendimento, em clínicas médicas e pediátricas, para os não previdenciários, desempregados há mais de um ano e indigentes. Na oportunidade, salientamos que todo paciente não previdenciário que necessitasse de mais de um dia de internamento ficaria à míngua, sem atendimento médico, o que certamente levaria à morte milhares de paranaenses, inclusive crianças.

A Superintendente Regional do Inamps, Ana Luiza Schneider, através de nota publicada no jornal “O Estado do Paraná”, no dia 08 de outubro, respondeu à denúncia, alegando as seguintes normas do Inamps:

— Os indigentes devem ser direcionados para as Santas Casas e Hospitais Beneficentes, por gozarem estas instituições de incentivos fiscais;

— evitar que os beneficiários rurais venham a ser caracterizados como indigentes;

— assegurar que o indigente tenha todo atendimento que se faça necessário em caráter de urgência ou emergência.

Vejam bem, sr. presidente, srs. deputados, a própria resposta do Inamps vem reafirmar as denúncias que aqui fizemos. Vejamos.

Em primeiro lugar, é muito estranho que na nota, a Superintendente não esclareça que o atendimento chamado pelo Inamps de urgência ou emergência, dá direito a apenas uma diária, e depois disso o médico é obrigado a dar alta ao paciente.

Tomemos como exemplo um desempregado residente na região Oeste do Paraná e que esteja em estado grave de saúde. Segundo a própria Superintendência Regional do Inamps, o desempregado, após passar pelo atendimento de urgência na sua cidade, terá que se locomover, por conta própria, mais de 500 quilômetros para ser internado, isto porque em toda a região não existe nenhum Hospital Beneficente ou Santa Casa.

E, infelizmente esta não é uma realidade apenas do Oeste paranaense, mas sim praticamente de todas as regiões do nosso Estado.

Quanto ao beneficiário rural, a totalidade desta população desconhece a resolução de que pode ser atendida em hospital credenciado pelo Funrural, mesmo sem ser sindicalizado. E o Inamps não toma nenhuma medida prática para modificar esta realidade.

A resposta da Superintendente Ana Luiza vem exatamente

em sentido inverso ao que apregoa a Portaria 3062, do Ministro Hélio Beltrão. Estranhamos inclusive o fato da Superintendente nem ao menos ter se referido a esta portaria, que autoriza a implantação gradativa do atendimento universal, isto é, atendimento a todos os doentes sem distinção, tenha INPS, Funrural ou seja, desempregado ou indigente. Na verdade, no Paraná, um dos únicos Estados que arrecada mais para a previdência social do que se gasta com atendimento previdenciário, o plano da portaria aprovado pelo Ministro Hélio Beltrão, não entrou em funcionamento em quase nenhum município. Ao contrário, o Paraná tem servido de balão de ensaio para novas "Experiências do Inamps", visando manter a irracional política de repassar recursos para a iniciativa privada em detrimento dos serviços públicos e das experiências integradas com participação comunitária, o que tem tornado insustentável a situação dos médicos, dos hospitais, das Prefeituras do próprio governo do Estado e principalmente da população.

O resultado aí está. O regime militar joga milhões de trabalhadores no desemprego e não lhes dá nem ao menos condições de atendimento hospitalar.

Por isso reafirmo desta tribuna: o Inamps e o regime militar estão promovendo um verdadeiro genocídio com milhões de desempregados e indigentes de nosso País".

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Concedo a palavra ao orador inscrito no Pequeno Expediente, sr. deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA — Sr. presidente, srs. deputados.

Dias atrás tecemos considerações sobre a importância da nutrição na formação da criança e a importância da alimentação, para que ela possa atingir a sua capacidade de trabalho.

Ainda ontem encaminhamos através desta Casa, pedido ao secretário de Finanças, que não tribute o leite tipo "c" para que as camadas mais pobres da população, tenham pelo menos do Governo do Estado, um pouco de consideração para esse alimento básico da alimentação, visto que o Governo Federal pouco faz em favor dos menos favorecidos.

Continuamos hoje falando sobre esse assunto que julgamos da maior importância.

Sr. presidente, srs. deputados. (Lê):

"Um país que encontra mecanismos eficazes para subsidiar o querosene de aviação, para alegria das companhias aéreas internacionais, pode também, acreditamos, formular uma política coerente para o leite, compatível com a realidade brasileira.

Enquanto no mundo todo sobra leite, com um excedente superior a mais de 1,9 milhões de toneladas, fazendo com que os governos subsidiem o seu consumo, como forma de não desestimular a produção, em nosso País, o setor leiteiro está praticamente falido, entre outras razões, por falta de uma política de incentivo à produtividade, através da melhoria genética do rebanho nacional. Tanto isto é verdade que, segundo dados das cooperativas, o Brasil tem uma média de produção de leite de 1,5 litro por vaca diariamente, enquanto no Japão, a média é de 24 litros e em Israel, de 25 litros diariamente.

Em nome da futura geração que tocará este País, pedimos providências.

Em nome das crianças de hoje e da pobre população brasileira desnutrida e que consome mais bebida do que leite, dirigimos este apelo.

E haja pinga, sr. presidente, srs. deputados. O povo brasileiro está consumindo nada menos do que 1 bilhão e 400 milhões de litros de cachaça anualmente, o que dá direito a cada um de nossos 130 milhões de habitantes a quase 11 litros por ano.

A baixa remuneração do trabalhador nacional, aliada à falta de perspectivas, faz do consumo da cachaça no Brasil,

um sucesso só comparável, em termos de preocupação, aos níveis de alcoolismo, uma doença que já atinge mais de 5 por cento de nossa população, ou seja, quase 7 milhões de brasileiros.

Haja incoerência.

Enquanto o governo diz que não tem como socorrer o produtor nem o consumidor, estamos importando agora, da França, 10,5 mil toneladas de leite, pelo preço de 10 milhões de preciosos dólares, que poderiam servir muito bem aos interesses de nossa pecuária leiteira.

E que não venha o governo dizer que, como outros países, o Brasil não pode subsidiar a produção, a estocagem e o consumo do leite. Recursos existem. Prova disto é que somente o rombo de 400 milhões de cruzeiros causado impunemente aos cofres públicos nacionais pelo grupo Coroa-Brastel, seria suficiente para financiar três safras de leite a preços de hoje.

Como não há coerência nem honestidade na política econômica nacional, enquanto os escândalos financeiros se sucedem, sugando a sociedade em centenas de bilhões de cruzeiros na região metropolitana de Curitiba, uma das mais ricas regiões do País, as usinas estão entregando 220 mil litros de leite diariamente para uma população de 1,3 milhão de habitantes, o que dá uma média de apenas uma colher de leite por dia para cada habitante.

Linhas de financiamento a juros diferenciados para os produtores, tabelamento de preços dos insumos e de todos os derivados, seriam medidas que, a curto prazo, disciplinariam o mercado.

Com a palavra, o ministério da Agricultura.

Desta tribuna, fica a nossa denúncia e o nosso alerta, neste mês da criança: um país como o Brasil, que produz e consome mais aguardente do que leite, não pode almejar chegar um dia a ser potência.

Muito obrigado".

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Concedo a palavra ao orador inscrito no Pequeno Expediente, sr. deputado Sérgio Spada.

O SR. SÉRGIO SPADA — Sr. presidente, srs. deputados.

Impuseram ao País pela força, um modelo de desenvolvimento econômico que em nome de organizar a produção, oprime os sindicatos dos trabalhos e o empresário nacional; advoga a contenção dos impulsos da juventude para condicioná-los a currículos escolares; silencia a Nação para instruir um regime subordinado ao capitalismo internacional.

Este é, sr. presidente, srs. deputados, o primeiro trecho do manifesto da "Frente Parlamentar Nacionalista", que está sendo divulgada em todo o território nacional. Documento esse que a seguir denuncia a situação de dependência ao capital estrangeiro, que funciona como dreno a sugar todo o esforço nacional.

A inflação asfixia o povo impondo um custo de vida proibitivo; a dívida interna ascende a 12 trilhões de cruzeiros e a dívida externa a cem bilhões de dólares; as empresas nacionais estão às portas da falência; a exportação subordinada às custas dos sacrifícios impostos à classe trabalhadora; o Brasil está hipotecado; a soberania está afrontada e o País submetido à vergonhosa fiscalização do Fundo Monetário Internacional.

Junto com a assinatura de mais de cem parlamentares, entre onze senadores, inclusive, de todas as bancadas partidárias existentes neste nosso Brasil, esse documento denuncia a situação catastrófica em que se encontra este nosso Brasil, e tem como proposta a denúncia do acordo com o FMI, a revisão do acordo nuclear com a Alemanha, ouvida a comunidade científica brasileira, em defesa de uma moratória dos pagamentos da dívida externa em condições compatíveis com o desenvol-

vimento econômico pelo País, além da luta pela autonomia do processo econômico independente do País, dirigido para o fortalecimento do mercado interno e conseqüente ampliação do mercado externo, com a criação do Banco Nacional de Exportação.

Tem ainda como princípio e por objetivo, esta frente, a defesa da reforma agrária, que assegura aos trabalhadores rurais o acesso ao uso e a posse da terra e combate às concessões de vendas de terras a estrangeiros e empresas multinacionais, além da reforma institucional que estabeleça as eleições diretas para todos os cargos eletivos, a revogação da Lei de Segurança Nacional e das leis de exceções, além do restabelecimento das prerrogativas do Congresso Nacional e das Assembléias Legislativas.

Sr. presidente e srs. deputados, está encabeçando esse movimento a nível nacional, o general de Reserva Andrada Serpa; o ex-senador do Alagoas, Teotônio Vilela; o deputado federal pelo Estado do Paraná, José Alencar Furtado, além de ter como subscritores o senador pelo Rio Grande do Sul Pedro Simon; o senador do PDS, Passos Porto; o senador de Pernambuco, Marcondes Gadelhas, também do PDS; o senador Roberto Saturnino, do PDT do Rio de Janeiro; Aldo Pinto do PDT do Rio Grande do Sul; Gastão Enrig, do PTB de São Paulo e Hélio Duque, do PMDB do Paraná.

Esta campanha será deflagrada, sr. presidente, para nossa honra, aqui no Estado do Paraná, quando no dia 25 de novembro estas personalidades aqui enumeradas, além de muitas outras estarão juntamente com parlamentares aqui da Assembléia Legislativa, com vereadores aqui de Curitiba e de todo o Estado do Paraná, lançando uma manifestação pública que será realizada na Praça Rui Barbosa.

Essa campanha que acreditamos, haverá de congrega todos os setores patrióticos deste nosso País, para que de mãos dadas possamos salvar o Brasil de situações constrangedoras que se vislumbram no horizonte (Tímpanos).

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) A Mesa comunica a vossa excelência que seu tempo está esgotado.

Concedo a palavra ao orador inscrito no Pequeno Expediente, sr. deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. presidente, srs. deputados.

Dentre as discriminações que povoavam a administração do Estado do Paraná, uma delas era a disparidade existente entre os funcionários que exerciam suas funções de Procurador junto à Procuradoria Geral, em relação aos demais Procuradores dos demais Poderes.

Assim como nos diversos segmentos estaduais, onde ainda persiste a situação de desigualdade, a categoria dos Procuradores do Estado se encontrava e se encontra distanciada das demais Procuradorias pertencentes tanto ao Tribunal de Justiça, quanto ao Tribunal de Contas, como se as responsabilidades pudessem ser diferenciadas ou medidas tão somente quanto ao órgão a que pertenciam, sem se levarem em consideração o grau de responsabilidade.

O sentinela avançado do Estado, agindo pela sensibilidade do poder delegado, não tem só a responsabilidade da representação puramente "ad iudice" pois, de suas decisões, teremos o bom ou o mau resultado, cujas conseqüências não podem ser medidas unicamente sob o ponto de vista financeiro ou legal, mas também do ponto de vista social que possa atingir ou alcançar.

A Justiça Social deve começar no embrião de sua aplicação, ou seja, no momento em que se inicia a atuação do Estado junto às suas próprias comunidades. Porém, não há que se desconhecer a necessidade da continuidade dessa política, todas as vezes em que o mesmo Estado é chamado a intervir e é de sobejo conhecimento popular que os representantes do Estado

e destas medidas a nível judicante, são os membros que compõem a Procuradoria Geral do Estado e, dentro deste princípio do Governo, traçado pelo sr. governador José Richa, de promover paulatinamente as medidas necessárias para a correção de tais distorções, é que tomamos a iniciativa de indicar os Procuradores do Estado como início desta política governamental. Não há porque não se ajustar aos vencimentos do Procurador Geral do Estado aos vencimentos percebidos pelo Procurador do Estado junto ao Tribunal de Contas, de vez que as responsabilidades se equiparam, tanto qualitativamente quanto ao conhecimento técnico.

Esta, sr. presidente, seria a justificativa de um requerimento que estamos encaminhando à Casa para obter neste plenário, um voto de apoio ao memorial enviado pela Associação dos Procuradores do Estado, ao excelentíssimo sr. governador do Estado, para que faça a devida correção nesta distorção existente quanto à categoria dos advogados do Estado, dos Procuradores da Procuradoria Pública do Paraná.

A Casa e os srs. deputados das outras legislaturas têm conhecimento de que uma proposta do próprio Poder Executivo que mais tarde se transformou na Lei número 7074, fica aqui na Casa, dormitando por dois anos, e quando ela foi finalmente aprovada, a não correção das tabelas e dos anexos que acompanhavam a mensagem inicial ocorreu, já na época da aprovação da lei, uma injusta defasagem da ordem de 38 por cento para os advogados do Estado. Vale dizer, quando se votou e se transformou em lei, a proposta do Executivo, para a atualização dos então vencimentos dos Procuradores do Estado. Na verdade, no ato de sanção da lei, eles já vinham com uma defasagem de 38 por cento em relação ao tempo que aqui a mensagem ficou parada.

Outra medida que deveria ser tomada há muito tempo, é a incorporação da gratificação de representação que, para efeito de aposentadoria, não é computado.

Este, em síntese, é o pedido de um memorial de justificação da Associação dos Procuradores do Estado, que conta com o apoio da Ordem dos Advogados do Brasil, da Associação dos Magistrados do Paraná e que nada mais faz na realidade de reconhecer o mérito deste pedido dos srs. Procuradores. Por isso, acredito que esta Assembléia deva aprovar esse voto...

O SR. PRESIDENTE — (Nelson Vasconcellos) A Mesa concede um minuto para a conclusão do seu pronunciamento.

O SR. NILSO SGUAREZI — Por isso, sr. presidente, peço que seja transcrito nos Anais da Casa o memorial da Associação dos Procuradores do Estado do Paraná, e que se aprove este voto de apoio a este memorial, como primeira medida, até que no próximo ano se emende a Constituição do Estado, como se fez em relação ao Ministério Público para que se dê então o direito assegurado na Constituição do Estado da junção da Procuradoria do Estado junto ao Poder Executivo, junto ao Governador do Estado para que não ocorra distorções, como ocorrem agora, em que verbas da Procuradoria do Estado são carreadas para a alimentação de presos ou para as penitenciárias. Só assim, daremos um tratamento condigno e necessário aos Procuradores do Estado.

Muito obrigado. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Nelson Vasconcellos) Encerrado o Pequeno Expediente, passaremos ao Grande Expediente. Mas, antes, queremos anunciar a presença do sr. deputado Artagão Mattos Leão, neste plenário.

No Grande Expediente, concedo a palavra ao sr. deputado Osvaldo Alencar Furtado, inscrito.

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO — Sr. presidente, srs. deputados. (Lê):

"Na minha saudação aos ilustres parlamentares deste

Poder, não devo saudar também àqueles deputados ausentes, permanentemente ausentes, gênios do ludíbrio e do engodo, da farça e da mentira, eleitos deputados para se servirem do cargo, desservindo o povo, o Estado e este Parlamento. Esta não saudação leva o amargo sabor da verdade que dói e da impunidade que campeia.

A maioria das comissões técnicas, inertes ou paralisadas, por incompetência ou má vontade de muitos deputados frustram as expectativas de soluções que poderíamos apresentar para os múltiplos problemas populares.

Poderia afirmar que esta Casa não funciona para resolver os problemas sociais, mas para o desfile multicolorido das nossas gravatas. Povo. Meu pobre e querido povo do Paraná. Tão bom, tão trabalhador e tão crédulo. Nós, os deputados e suplentes do PMDB, todos nós, pedimos a vocês para votar no nosso partido e vocês votaram. Pedimos para renovar e o eleitor renovou, elegendo 26 novos deputados do PMDB. Vinte e seis novos nomes a receber pela primeira vez o Diploma de Deputado Estadual. Do nosso partido, somente 8 voltaram. De uma bancada de 34 deputados, 26 novos deputados.

O povo acreditou, confiou e votou. E votou tão completamente que elegeu a maioria dos deputados federais e o nosso candidato a governador.

No dizer do povo, fizemos barba, cabelo e bigode.

Todavia, nada mudou ou melhorou.

Aqui, nesta Assembléia que não legisla, o trabalho é palavra, para muitos.

No Poder Legislativo do nosso Estado a independência que se conhece ainda é a de D. Pedro I às margens do Riacho Ipiranga.

Os interesses pessoais faz a maioria dos deputados esquecer os compromissos de campanha e tornam este Parlamento, dia a dia mais servil.

Dezenove anos de tirania, foram também dezenove anos de luta pela democracia.

Desde as primeiras horas de abril de 64, já formávamos fileiras com os democratas do meu País e do meu Estado.

Pronto estava e preparado ainda estou para resistir contra os incendiários de direita ou de esquerda que negam o nosso direito de termos uma Pátria livre, de sermos cidadãos livres e construirmos um Brasil democrático.

Nesses dezenove anos conhecemos muitos companheiros das primeiras horas e resistimos juntos. Formamos o MDB. Era a nossa trincheira. Vivemos uma época em que a delação campeava e todos tinham medo de todos. Nós, os Emedebistas, também tínhamos medo, porém o ideal e a vontade de resistir eram mais fortes. Buscávamos candidatos e não os encontrávamos. O medo era grande, as delações muito maiores. Nós, os que formávamos o partido, mesmo sem qualquer condições econômicas, saíamos candidatos.

E já em 72, em pleno vigor do AI-5, saímos candidatos para denunciar os roubos e os crimes que estavam sendo praticados no governo Médici, e éramos taxados de comunistas, sem nunca termos sido ou pretendido ser.

A luta foi difícil. Mas era necessário lutar. A resistência foi pacífica, mas era a nossa única maneira possível de resistir.

Esse período ajudou a forjar melhor o meu caráter e a minha personalidade.

Esse período libertou-me definitivamente do medo das ditaduras e das mentiras dos caluniadores.

Aprendi a tomar posições abertas e claras, conforme os meus próprios ideais.

Aprendi a defender a verdade acima de qualquer interesse.

Aprendi que o parlamentar deve ser livre, não servil; deve ser crítico, não bajulador; deve ser independente para que o Poder Legislativo também o seja.

Aprendi que o político que promete e não cumpre e enga-

na um povo às raias do desespero, é o pior canalha desse mundo.

Aprendi bem a lição. E é por isso, srs. deputados, que em nenhum momento eu baixe os olhos ou a cabeça diante de atos que considero de traição ao povo ou descumprimento de nossa pregação de campanha.

Luto por um Legislativo forte, independente, atuante e capaz, ocupando o espaço que lhe é de direito na organização social deste País e não sendo mero apêndice do Executivo.

Luto para que os deputados do meu partido sejam deputados do PMDB, não deputados robôs do governador.

Luto para que meu partido exija do governador e dos deputados o cumprimento das nossas promessas ao povo.

Os nossos velhos companheiros foram esquecidos e ninguém disse nada.

Muitos companheiros foram despedidos injustamente e a maioria nem se tocou.

Esta Assembléia é desrespeitada e todos parecem querer silenciar. Eu não silenciarei.

Sinto sobre mim, o olhar desaprovador e surpreso de representantes do meu partido, partido de oposição, que tanto criticou a falta de liberdade, de participação, já entorpecidos pelo narcótico do poder, não se lembram de mais nada, não enxergam senão suas ambições e só escutam o tilintar do ouro dos seus sonhos de riqueza.

Não escutam a própria consciência a lhes lembrar dos problemas do povo e as juras de bem servi-lo, ainda quando em campanha, e se tornam escravos do poder.

Sinto também o olhar indevidamente cúmplice ou de satisfação dos deputados do PDS, como se eles não tivessem sido as vaquinhas de presépio, os subservientes da ditadura, os defensores da incompetência e os adoradores do poder que jogou este País no descrédito internacional e na fome nacional.

Todavia, a questão básica, tema deste pronunciamento, é dizer aos nobres colegas que o PMDB do Paraná também erra através dos seus vereadores, prefeitos, deputados, senadores e governador. Cabe a nós, deputados do PMDB, fazer a crítica e a auto-crítica, sem medo, com destemor, com a mesma sinceridade com que vencemos as eleições pensando acima de tudo no povo do Paraná. Com a maturidade adquirida nesses anos de luta, contra o arbítrio, contra a repressão, as injustiças, as corrupções e as mordomias.

Entretanto, srs. deputados, a minha voz tem ecoado quase solitariamente neste Parlamento. E eu tenho sido visto como um deputado rebelde. Tenho sido tratado como um deputado que tem má vontade para com o governador, no dizer do Secretário de Saúde.

Secretário este portador do vírus da bajulação e da subserviência. Não sabe nada de dignidade, de independência e, por ser servil, imagina que só quem serve bem ao governador são os deputados não preocupados com os problemas maiores do nosso povo e do nosso Estado, mas passam os dias nas Secretarias, bajulando, para se servirem do Poder Executivo, aviltando o Poder Legislativo. Barganham empregos, favores, vantagens. Em troca, oferecem-se ao governo como reles prostitutas. Deveriam ser denunciados ao povo e por falta de decoro parlamentar ou de vergonha na cara, perdidos seus mandatos e colocados na cadeia, juntamente com o Secretário que compactua com esse trágico de sabujice.

Senhores, eu não estou no PMDB para obter vantagens pessoais, para barganhar ou negociar.

Fui eleito duas vezes Secretário do MDB de Curitiba e o primeiro secretário do PMDB, também de Curitiba, porque lutei e luto pela restauração da plena democracia, pela dignidade no trato da coisa pública, por justiça social, por dignidade do homem público e por uma administração sem corrupção, sem mordomias, com uma política voltada para a solução dos grandes problemas sociais. Foi uma política administrativa voltada para os pobres, os estudantes, os artistas, os intelectuais, os

trabalhadores.

Não silêncio quando um secretário de Estado, mesmo sendo do meu partido, implanta na secretaria de Saúde o uso e o costume da bajulação, como boa norma de convivência entre o Executivo e o Legislativo.

E o que dizer do secretário Garanhão?

Este deveria ser convocado pela CPI da Corrupção. O filho do Delfim massacra o contribuinte paranaense e a secretaria de Finanças manda fazer impressos fora do Paraná, desmentindo as promessas do governador Richa de prestígio ao empresário paranaense e dando grande exemplo de sonegação de um órgão público.

O secretário da pasta de Finanças leva telefone do Estado para sua residência, é remunerado por uma multinacional, o que no mínimo é imoral e tudo fica às mil maravilhas como se fosse no país de Alice.

Senhores, este Poder tem poder? Esta Casa é independente ou subserviente? A maioria dos deputados servem ao povo, ao partido ou ao governador?

Será que não estamos começando a patrocinar a imoralidade, sendo coniventes com erros e caminhando no rumo da desmoralização e do descrédito público?

Por que o governador não determina aos seus secretários o cumprimento do dispositivo legal que assegura resposta aos pedidos de informações que esta Casa tem formulado?

Será por falta de respeito ao Legislativo do Paraná?

Será para enfraquecer ou esvaziar esse frágil instrumento de fiscalização que nos restou?

Será para acobertar falcas? Será? Por que será que as respostas não vêm?

Será que teremos de representar contra o governo, o nosso governo, por crime de responsabilidade?

Senhores, o sonho de mudança ainda não se concretizou.

Resta-nos, ainda, muito tempo. Um bom tempo para concretizá-lo.

Tempo de luta e de trabalho. Tempo de liberdade e de ativez, de cumprimento da palavra empenhada nos compromissos de campanha. Tempo de arrebatrar as esperanças em nós depositadas e fazer delas a bandeira da vitória do povo do Paraná, na conquista de melhores dias e de um tempo novo.

Deus nos ouviu, nos julgará um dia, mesmo que o povo o faça antes".

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Consulto a Liderança do PMDB se fará uso do seu horário.

O SR. RUBENS BUENO — Primeiramente, falará o Deputado Nelson Vasconcellos. Em seguida, a sra. deputada Irondi Pugliesi.

O SR. PRESIDENTE — Com a palavra o sr. deputado Nelson Vasconcellos.

O SR. NELSON VASCONCELLOS — Sr. presidente, srs. deputados (Lê):

"Venho à tribuna na tarde de hoje para prestar a minha solidariedade à classe médica pelo transcurso da data consagrada ao sacerdócio da medicina.

Mais do que solidariedade, um reconhecimento público pelo trabalho e pela luta dos médicos em prol da saúde do povo brasileiro.

Todos sabemos, srs. deputados, que os índices de aptidão física da população brasileira estão muito distantes de ser considerados satisfatórios, pelos padrões da Unesco, e que mais de 50 por cento dos jovens recrutados para o serviço militar são reprovados por falta de condições mínimas de saúde.

Pior do que isso, milhares de jovens revelam enfermidades crônicas e deformações físicas que impedem o seu aproveitamento para o serviço militar.

O que revela uma realidade que consideramos vexatória em um País que teria todas as condições para ser uma das maiores potências do mundo, mas que infelizmente ainda vive preso aos grilhões do subdesenvolvimento e da desnutrição, que geram as chamadas doenças de fome, como a tuberculose, as verminoses, o tifo e outras que há muito deveriam ter sido banidas do solo pátrio.

Nesse contexto que direta ou indiretamente afeta uma população de 120 milhões de brasileiros, a classe médica muitas vezes tem sido incompreendida e injustiçada pela sociedade e até pelos meios de comunicação social, quando reivindica melhores honorários e principalmente melhores condições de trabalho.

A exploração sensacionalista do chamado erro médico, cria uma imagem distorcida da realidade, pois é inegável que nem todos os médicos são mercantilistas e mercenários.

Ao contrário, srs. deputados, a grande maioria exerce a profissão com dignidade e abnegação, fazendo da medicina um verdadeiro sacerdócio, procurando servir aos nossos semelhantes, independente da sua condição social.

Aliás, no exercício da sua profissão, o médico está em contato diário com a realidade e sabe que muitas doenças levadas ao seu consultório, poderiam ter sido evitadas se houvesse uma estrutura voltada para a medicina preventiva. Que muitas crianças poderiam ser salvas, se houvesse um serviço eficiente de vacinação, de higiene e saneamento básico.

Hoje, 90 por cento dos serviços médicos são controlados pela previdência social, responsável por uma engrenagem gigantesca que gerou a socialização da medicina e a transformação dos médicos em proletários de gravata e jaleco branco.

E aí temos, diante dos nossos olhos, o exemplo dos anestesiológicos, que há muitos anos lutam por uma remuneração condigna e condições mínimas de trabalho para o exercício profissional. Não sendo atendidos pela burocracia reinante, que sempre se mostrou insensível às suas justas reivindicações, os anestesiológicos não tiveram outra alternativa, a não ser solicitar o descredenciamento em massa, a partir do próximo dia 15 de novembro.

É lamentável que isso esteja ocorrendo, pois a consequência inevitável dessa atitude extrema recairá sobre os pacientes, os segurados da previdência social, que não podem ser responsabilizados pelas falhas do sistema.

Mas essa é a realidade que aí está, diante dos nossos olhos e como Presidente da Comissão de Saúde desta Assembléia, na medida de nossas forças, e apesar das nossas limitações, procuramos interferir para mudar a realidade que aí está.

Não pelo nosso livre arbítrio, porque entendemos que os rumos que estamos seguindo devem ser mudados.

De fato é preciso mudar de rumos, mas vamos fazer isso democraticamente, ouvindo a comunidade paranaense, os setores diretamente envolvidos, as figuras mais representativas.

É por isso que vamos realizar nesta Assembléia, entre 16 e 19 de novembro, um simpósio sobre políticas de saúde, com a participação de personalidades médicas de todo o País.

Com a presença de secretários de Saúde do Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, vamos debater as novas propostas de saúde, o papel dos municípios na prestação de serviços de saúde, o trabalho dos profissionais de saúde diante das novas propostas, a tecnologia e assistência à saúde e o financiamento e administração dos serviços de saúde.

Entendemos, sr. presidente, que esse simpósio será o primeiro passo em busca de soluções alternativas para a saúde, pois está claro que a estrutura que aí está não tem condições de atender as necessidades básicas da população e as reivindicações mínimas da classe médica e de todos os que atuam na área da saúde".

Era o que eu tinha a dizer, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Concedo a palavra no horário destinado à Liderança do PMDB, à sra. deputada Irondi Pugliesi, por 25 minutos.

A SRA. IRONDI PUGLIESI — Sr. presidente, srs. deputados e sra. deputada. (Lê):

“Neste final de semana, o movimento de luta pela liberdade do povo e pela independência nacional teve mais um avanço. Mulheres de quase 30 municípios do nosso Estado, reunidas e mobilizadas, organizaram os departamentos femininos do PMDB em suas cidades. Assim como na capital, onde os cinco diretórios estiveram mobilizados para conseguir sua organização partidária, no interior as mulheres deram exemplos de combatividade e luta.

É de conhecimento de grande parcela da sociedade contemporânea a situação da mulher. Não só no Brasil, mas em praticamente todas as nações do mundo, esta metade da humanidade vem submetendo-se a toda sorte de discriminações, tabus e preconceitos. Seja no lar, onde cumpre uma verdadeira escravidão nas tarefas domésticas, na educação dos filhos, na procriação, na violência conjugal; seja no trabalho, onde ganha sempre menos para dar conta das mesmas tarefas do homem; seja nas leis, onde ainda é tratada como um ser tutelado, menor, incapaz. Seja na vida, enfim, a mulher vem suportando sobre suas costas o peso das dificuldades para simplesmente afirmar-se como mulher. O que diremos então, como cidadãs...

Os índices, embora precários, sobre sua situação, demonstram o quanto há por fazer para atingir o estágio de sua total libertação. No mercado de trabalho, onde está inserida por exigências da própria sociedade, apresenta-se nos setores de menor remuneração. Cerca de 70 por cento são professoras, lavradoras, empregadas domésticas, enfermeiras ou prostitutas. Quando não estão na marginalidade, como neste último caso, estão fazendo parte do chamado exército de reserva do capitalismo, à espera de um chamamento da classe empresarial, que as emprega nos momentos de crise, quando há rebaixa dos salários.

Enfrentando de perto as dificuldades econômicas e financeiras do País, pagando com os mínguados salários dos maridos uma dívida que não fizeram, tomam consciência hoje da rudeza do modelo econômico imposto por este regime dependente, monopolista, antinacional.

Como mulheres e mães, sobrevivem na violência da sociedade industrial. Violadas crianças ou adolescentes; espancadas no namoro ou casamento; desrespeitadas nas delegacias de polícia onde são consideradas cúmplices das violências sexuais ou matrimoniais, começam a rejeitar a própria estrutura social que se lhes impõem padrões de subalternidade.

Mães, mulheres, trabalhadoras, cidadãs. Em todas as categorias sociais a situação feminina, especialmente no Brasil, ainda é de submissão e super-exploração.

A continuar esta situação, perde o povo, perde o País, um imenso potencial de luta.

Por isso, srs. deputados, senhora deputada, a organização feminina se coloca hoje como um dos pilares dos mais importantes na organização social. Nos clubes de mães, nos movimentos de luta contra a carestia, nas associações de pais e mestres, nas sociedades e escolas, nas associações de moradores, a presença da mulher vem trazendo à tona as condições de sua existência.

No partido político, entretanto, está o bojo desta organização. Aí, as mulheres percebem o quão política é a causa de sua denominação. E tomam consciência do seu papel na luta de libertação do povo como um todo.

Vivendo sob o peso das discriminações históricas e culturais, oprimida em todos os sentidos, vem despertando, dia a dia, e tomando consciência também do seu papel... histórico.

Um exemplo claro disto foram as convenções municipais dos departamentos femininos do PMDB.

Sob a bandeira da luta pela democracia, contra a carestia, o arrocho e o desemprego; pelas eleições diretas e contra os acordos com o FMI e pelo rompimento total, com este supercredor, organizaram-se, e partem agora para sua convenção regional. Desta forma, revelaram uma faceta ainda escondida pelos tabus: a faceta de sua força enquanto organização política.

Nós, mulheres, neste momento de profunda crise brasileira, quando cidadãos são humilhados pela fome;

Nós, mulheres, neste momento de caos, quando vemos uma imensidão de crianças morrerem diariamente de fome e miséria;

Nós mulheres, neste momento de violação da soberania nacional, em que o País é entregue ao estrangeiro de vez;

Neste momento demonstramos nossa presença, nossa força e nossa voz. Pois sabemos que não haverá liberdade nem democracia sem a metade da sociedade brasileira; não haverá paz enquanto houver crianças nascidas de ventres subnutridos; e por isso, nos organizamos para lutar lado a lado nesta hora da crise do sistema do Poder.

Temos consciência, senhores, da amplitude das dificuldades para superar a situação atual. Mas temos também forças suficientes para buscar na esperança que nos sobra a coragem para enfrentá-la.

Se historicamente nós mulheres, apesar de todo o peso que carregamos, temos superado e dado exemplos, nesta hora não nos negaremos à luta intransigente. Sabemos que as discriminações e os tabus serão destruídos somente quando a sociedade der avanços de qualidade. Mas nem por isto deixaremos de lutar, ocupando assim os espaços hoje vazios.

O PMDB, neste momento, compreende a importância da mulher na luta política. Começa a abrir seus espaços, mais por justiça do que por benevolência, pois sabe que para dar fim na situação atual; para derrotar os inimigos do povo e buscar novos tempos ao Brasil, terá que recorrer à mulher, cara metade, meia humanidade, matriz, um dos pelotões que falta para formar o grande exército da libertação do País”

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Consulto à Liderança do Partido Democrático Social se fará uso do horário que lhe é reservado.

A Mesa consulta a Liderança do PDS se fará uso do horário que lhe é destinado.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Declino, Sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Havendo declinado, está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 srs. deputados.

Sobre a mesa, projeto de resolução de autoria do sr. deputado Roberto Requião, devidamente apoiado, constante do expediente. Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do sr. deputado Odeni Mongruel, constante do expediente. Necessita de apoio. - **Apoiado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Anibal Khury, constante do expediente, solicitando preferência na discussão e votação para as Proposições números 94, 62 e 69/83 e do Projeto de Lei número 159/83, constantes da Ordem do Dia de hoje. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos srs. deputados:

2.^a DISCUSSÃO — da Proposição número 94/83, de autoria do deputado TRAJANO BASTOS, que acresce parágrafo único,

com redação que especifica, ao art. 38 da Constituição do Estado. (Dotações Orçamentárias do Poder Legislativo). Com Parecer Favorável e Emenda Substitutiva da Comissão Especial de Reforma à Constituição, por unanimidade. —

Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO — da Proposição n.º 62/83, de autoria do deputado ROBERTO REQUIÃO, que acresce o parágrafo único com redação que especifica, ao art. 123 da Constituição Estadual (Direitos e Garantias Individuais). Com Parecer Favorável da Comissão Especial de Reforma à Constituição, por unanimidade. — Em votação.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Solicito verificação de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) A Mesa defere e solicita aos srs. deputados que tomem os seus lugares, a fim de que possamos proceder à verificação de votação requerida pelo sr. deputado Luiz Alberto de Oliveira.

Os srs. deputados que votam favoravelmente...

Pela Ordem, concedo a palavra ao sr. deputado Anibal Khury.

.....

Está sendo votada a Proposição número 62/83, de autoria do sr. deputado Roberto Requião, que acresce ao parágrafo único, com redação que especifica ao Art. 123 da Constituição Estadual, direitos e garantias individuais, com Parecer Favorável da Comissão Especial de Reforma à Constituição, por unanimidade.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Eu retiro a solicitação.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) — Aprovada, por unanimidade.

2.^a DISCUSSÃO — da Proposição número 69/83, de autoria do deputado ADHAIL SPRENGER PASSOS, que assegura o direito a todos de um ambiente de vida humano, sadio e ecologicamente equilibrado, incumbido ao Estado, por meio de organismos próprios e por apelo e apoio a iniciativas populares, conforme especifica. Com parecer favorável da Comissão Especial de Reforma à Constituição, por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 159/83, de autoria da COMISSÃO EXECUTIVA E OUTROS, que cria no Quadro de Pessoal da Secretaria da Assembléia, 61 (sessenta e um) cargos em comissão, símbolo DAS-5. Com Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.R.H., por unanimidade. — Em regime

de urgência. — **Aprovado, artigo por artigo.**

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 141/83, de autoria do Deputado TRAJANO BASTOS, que declara de utilidade pública o "PROGRAMA DE VOLUNTARIADO PARA-NAENSE — PROVOPAR — AÇÃO SOCIAL", com sede nesta Capital. Com parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. Em regime de urgência. — **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 16/83, (Mensagem e ex-proposição número 01/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o convênio celebrado pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior e o município de SANTA HELENA, visando obras de controle da erosão urbana, conforme Programa Especial de Controle da Erosão do Solo, no Noroeste do Paraná -PRONOROESTE. — Em discussão.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa atende e irá proceder à verificação de votação, no que diz respeito ao Projeto de Resolução número 16/83.

Os srs. deputados que aprovam o Projeto de Resolução número 16/83, ex-Proposição 01/83, oriundo do parecer aprovado por unanimidade pela CCJ., queiram levantar-se.

Os srs. deputados que rejeitam, queiram levantar-se.
13 srs. deputados aprovam.

Nenhum rejeita.

Não há "quorum" para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, quarta-feira, dia 19, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 16/83.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei número 141/83.

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 159/83

1.^a DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução números 17, 18, 19 e 20/83, 21, 22, 23, 24 e 25/83.

Levanta-se a Sessão.